

Comunicação Popular e Extensão Universitária: a Construção de uma Rádio Comunitária em Área de Ocupação¹

Nicole Ribas Ribeiro²
Isabelle Oliveira Hoffmann³
João Pedro Mello Bragança⁴
Giovana Gama da Cruz⁵
Valentina Copack Muniz⁶
José Carlos Fernandes⁷
Elson Faxina⁸
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

Este trabalho apresenta a ação extensionista "Rádio comunitária em ocupações", desenvolvida pelo Núcleo de Educação e Comunicação Popular (Ncep), da UFPR, que visa a construir uma rádio comunitária em ocupações urbanas de Curitiba e Região Metropolitana. O projeto investiga como a comunicação popular e a educomunicação podem fortalecer a cidadania e democratizar o acesso à informação, por meio de uma metodologia dialógica inspirada em Paulo Freire. O estudo reflete sobre as dificuldades históricas da radiodifusão comunitária no Brasil e propõe a rádio como instrumento de mobilização social, integração comunitária e fortalecimento do direito à comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio comunitária; Educomunicação; Comunicação popular; Extensão universitária.

INTRODUÇÃO

As rádios comunitárias são emissoras públicas não-estatais sem fins lucrativos, criadas e operadas majoritariamente de forma coletiva. Esses meios de comunicação desempenham um papel fundamental na conscientização e mobilização social,

¹ Trabalho apresentado na Jornada de Extensão, evento integrante da programação do 24.º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 3 a 5 de julho de 2025.

² Estudante de Graduação do 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPR, email: nicoleribas@ufpr.br

³ Estudante de Graduação do 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPR, e-mail: isabelle.hoffmann@ufpr.br

⁴ Estudante de Graduação do 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPR, e-mail: joao.mello@ufpr.br

⁵ Estudante de Graduação do 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPR, e-mail: giovana.cruz@ufpr.br

⁶ Estudante de Graduação do 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPR, e-mail: valentinacopack@ufpr.br

⁷ Professor do Departamento de Comunicação da UFPR. Coordenador do Ncep, email: zeca@ufpr.br

⁸ Professor do Departamento de Comunicação da UFPR. Coordenador do Ncep, email: efaxina@ufpr.br

especialmente em regiões de maior vulnerabilidade, onde vivem classes historicamente discriminadas. Ao fomentar espaços de reivindicação e debate, as rádios comunitárias promovem a democratização da informação, o pensamento crítico e a produção cultural local (Peruzzo, 2009; Rovida, 2020).

No Brasil, há quatro tipos principais de rádios comunitárias em funcionamento: rádios legalmente construídas; rádios livres comunitárias; rádios de alto-falante e rádios virtuais comunitárias, com destaque para as web rádios comunitárias, via meios digitais como o YouTube. As rádios comunitárias em frequência modulada (FM) no Brasil surgiram no contexto das lutas dos movimentos populares, inicialmente conhecidas como rádios livres. Atualmente, para funcionar legalmente, devem seguir a legislação vigente (Costa Filho, 2020; Silva, 2008).

A primeira rádio comunitária registrada no país foi a Rádio Paranoica, fundada em Vitória (ES), em 1970. A partir desse marco, novas rádios surgiram, questionando a concentração dos meios de comunicação e acolhendo as demandas populares (Peruzzo, 2009). Em 1998, a Lei 9.612 foi promulgada e regulamentada pelo Decreto 2.615, instituindo o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estabelecendo as condições de operação. Sobre as regulações, Berti (2019) afirma que a legislação legalizou emissoras de baixa potência, mas impôs restrições como a limitação de uma rádio por localidade, o uso de canal único, a proibição de publicidade comercial e o reconhecimento de comunidades apenas por base territorial.

Ainda hoje, a maioria das rádios livres comunitárias permanece na ilegalidade devido à lentidão no processo de concessão e às dificuldades burocráticas (Peruzzo, 2009). Muitas emissoras resistem como espaços de democratização da informação, enfrentando entraves como a obrigatoriedade de constituição de associações, formação de Conselhos Comunitários e as sanções previstas no Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2.848/1940).

Frente a essas dificuldades, movimentos como a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) e a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) pressionam por mudanças na legislação. Entretanto, o avanço registrado tem sido relativamente pequeno, persistindo o fechamento de rádios e a perseguição a lideranças populares.

A ausência de políticas públicas robustas específicas para a radiodifusão comunitária, aliada à concentração dos meios de comunicação, continua a prejudicar o setor. Iniciativas como o Plano Nacional de Outorgas (PNO), criado em 2016, buscaram corrigir essa lacuna, mas apresentam limitações, como a apropriação de rádios por grupos políticos e religiosos, desviando o caráter comunitário dessas emissoras (Berti, 2019).

O CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES E A PARCERIA COM O NCEP

O projeto voltado para as ocupações iniciou em 2022 na comunidade Nova Esperança, localizada no município de Campo Magro, Região Metropolitana de Curitiba (PR), em uma área de proteção ambiental (APA) subutilizada. Formada em 2020, no auge dos despejos da pandemia de Covid-19, a comunidade passou a abrigar cerca de mil famílias — aproximadamente seis mil pessoas — sem causar desmatamento ou danos à vegetação nativa.

O Movimento Popular por Moradia (MPM), organização que luta pela reforma urbana e busca uma solução para o problema da moradia em Curitiba e Região Metropolitana, esteve presente desde o início da ocupação, fazendo o cadastro das famílias, organizando a comunidade e representando quem buscava um lugar para morar. Durante o estabelecimento da comunidade, o movimento também buscou criar espaços coletivos que promovessem projetos na localidade, como uma cozinha comunitária, salas de aula, centro cultural e biblioteca.

A partir de visitas semanais à ocupação, o Núcleo de Educação e Comunicação Popular (Ncep) da UFPR iniciou uma parceria com o MPM e lideranças da ocupação. Essa aproximação evidenciou a necessidade de criar uma agenda positiva para desenvolver projetos educacionais e comunicativos na comunidade, como forma de compartilhar os saberes populares e acadêmicos.

Entre as ações realizadas, destaca-se a revitalização da biblioteca da Nova Esperança, que já contava com aproximadamente três mil livros doados. Para a revitalização, firmou-se uma parceria com a ONG Freguesia do Livro e com discentes dos cursos de Letras da UFPR. Uma força-tarefa foi organizada para classificar, reorganizar e redirecionar parte do acervo, transformando a biblioteca em um ponto de leitura e de valorização simbólica para a comunidade — um espaço que representa o compromisso da Nova Esperança com a educação e com o território (Silva, 2009).

UMA RÁDIO COMUNITÁRIA EM ÁREA DE OCUPAÇÃO

Entre as demandas, identificadas na ocupação Nova Esperança em 2024, destacou-se o desejo coletivo de criar uma rádio comunitária. A proposta surgiu a partir de um diálogo contínuo entre os extensionistas da UFPR e os moradores, que reivindicavam um espaço midiático plural voltado à comunicação popular e ao fortalecimento da luta por moradia. Com base em diversas reuniões e visitas, foi possível compreender as dinâmicas locais e, a partir delas, construir a identidade da rádio. Essa abordagem está profundamente alinhada às ideias do educador Paulo Freire, sobre como o conhecimento é construído através das relações e da troca de saberes (Freire, 1983).

A escuta ativa revelou que a rádio não deveria ser apenas um canal de informação, mas um espaço legítimo de expressão popular, voltado às questões culturais, à denúncia, à resolução de problemas cotidianos e à celebração das vivências do território. Em outras palavras, uma ferramenta de comunicação feita pela comunidade e para a comunidade. Diante das dificuldades legais e burocráticas para obter concessão de funcionamento em frequência modulada (FM), além das limitações de acesso da população a outras plataformas de broadcasting, optou-se por um modelo virtual, utilizando o YouTube como principal meio de veiculação. Inicialmente voltada exclusivamente aos moradores da ocupação Nova Esperança, a rádio passou a ganhar visibilidade entre o movimento popular. Com isso, surgiu o desejo de expandi-la para outras ocupações organizadas pelo MPM, como Dona Cida e 29 de Março, em Curitiba. Assim, a rádio passa a atuar como elo entre diferentes territórios, unindo comunidades geograficamente separadas.

As comunidades envolvidas são formadas por brasileiros de diversas regiões do país, além de imigrantes e refugiados, incluindo venezuelanos, haitianos e cubanos. Essa pluralidade sociocultural se reflete na identidade da rádio e orientou a construção de uma sonoridade múltipla, com influências culturais desses quatro países. Tamanha diversidade se manifesta tanto nas vinhetas e aberturas quanto na própria programação, que contempla um espaço aberto de expressão, incluindo momentos religiosos voltados às diversas crenças presentes nas ocupações. A estrutura da programação foi pensada para integrar produções realizadas pelos extensionistas da universidade e pelos próprios moradores. Essa lógica participativa também se aplica à locução dos programas: apresentação em dupla, composta por um estudante extensionista e um morador da Nova Esperança. Um dos principais objetivos da rádio é garantir a ampla participação dos moradores das três

ocupações envolvidas — Nova Esperança, Dona Cida e 29 de Março — oferecendo espaços voltados à fé, à informação, à interação e à reivindicação, em consonância com os princípios da comunicação popular. Para o início da rádio, foi elaborado o quadro de programas a seguir, a ser alterado de acordo com decisões da própria comunidade.

Quadro	Objetivo e Exemplo de Produto	Produção
Saúde	Informar sobre vacinação e prevenção de doenças. Ex: reportagem sobre campanhas locais, entrevistas com especialistas na área.	NCEP
Economia	Dicas sobre renda e economia doméstica. Ex: dicas de compras e melhor aproveitamento dos alimentos.	NCEP
Giro do Esporte	Atualizações esportivas locais. Ex: boletim da Taça das Favelas.	Comunidade
Me Conte Sua História	Relatos de vida dos moradores. Ex: depoimentos pessoais e reivindicações.	NCEP e comunidade
Momento Religioso	Espaço ecumênico com mensagens diversas. Ex: fala de representantes das igrejas com fiéis na comunidade.	Comunidade
Como funcionam as ocupações	Educação sobre moradia. Ex: explicação sobre o MPM e das decisões das lideranças locais.	NCEP e comunidade
Cultural	Divulgação artística e cultural local. Ex: reportagem sobre o Vátto, artista da ocupação 29 de Março.	NCEP

CONSIDERAÇÕES

A comunicação popular permanece como uma ferramenta fundamental de mobilização social e fortalecimento da cidadania. Por meio das rádios comunitárias, populações historicamente excluídas exercem o direito à comunicação e à participação na vida pública. A educomunicação, ao integrar práticas educativas e comunicacionais, potencializa essas iniciativas, estimulando o protagonismo social (Peruzzo, 2009).

É importante ressaltar que a proposta extensionista aqui apresentada não se baseia em uma lógica assistencialista. Ao contrário, parte do reconhecimento de que há, nas

ocupações, saberes, práticas e estratégias potentes para enfrentar os próprios desafios. Nesse contexto, o papel da universidade é devolver à sociedade o conhecimento produzido em seus espaços, não como detentora da verdade, mas como parceira na construção coletiva do saber. A rádio, portanto, é criada com o apoio do grupo extensionista, mas pertence à comunidade: é dela a voz, a gestão e o protagonismo (Oliveira, 2017; Costa Filho, 2020).

A experiência com a rádio comunitária contempla os três pilares fundamentais da extensão universitária. A dialogicidade constitui tanto o ponto de partida quanto o método de atuação. O impacto social se manifesta na criação de um meio de comunicação acessível, enraizado no cotidiano e capaz de gerar pertencimento, organização e empoderamento. Por fim, a integração entre ensino, pesquisa e extensão se concretiza quando os conteúdos debatidos em sala de aula se aplicam à prática, produzindo novos saberes que retornam à universidade como reflexão crítica e aprendizado coletivo.

REFERÊNCIAS

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. Vinte e um anos da lei das rádios comunitárias no Brasil. Pontos e contrapontos. **Rádio-Leituras**, v. 10, n. 2, 2019.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. **Rádios comunitárias no Brasil: resistências, lutas e desafios**. Curitiba: Appris, 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 1983.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. Curitiba: Appris editora, 2017.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Rádios livres e comunitárias, legislação e educomunicação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 11, n. 3, 2009.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na Confecom**. Encontro Anual da Compós, v. 19, 2010.

ROVIDA, Mara. **Jornalismo das periferias: o diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Crítica e leitura: ensaios**. São Paulo: Global, 2009.

SILVA, Terezinha. **Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um panorama do estado de Santa Catarina**. Curitiba: Appris, 2008.